



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CERNACHE
QUADRIÉNIO 2025-29

MINUTA DA ATA NÚMERO DOIS

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária, no Pavilhão Multiusos, a Assembleia de Freguesia de Cernache, para dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Aprovação da ata da Assembleia de freguesia anterior;

Ponto dois – Informações;

Ponto três – Apresentação e votação dos documentos para ao ano financeiro de 2026;

Plano de atividades

Orçamento

Mapa de pessoal

Plano plurianual de investimentos

Ponto quatro – Outros assuntos.

Esta minuta, sobre as deliberações mais importantes tomadas por esta Assembleia de Freguesia, foi elaborada nos termos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Boas vindas aos presentes na primeira sessão ordinária deste novo executivo, por parte do Presidente da Mesa de Assembleia (PMA)

Ponto um – Aprovação da ata da Assembleia de freguesia anterior. Foi dito pelo Presidente da Mesa de Assembleia (PMA) que já não fazia muito sentido em virtude de ter sido já assinada/aprovada por todos os elementos, uma vez que era necessária para o novo executivo tomar posse, saltando assim este ponto.

De seguida, deu as boas vindas aos presentes, fazendo alusão à substituição de um dos elementos agradecendo ao elemento José Carlos que substitui Vera Martinho.

Ponto dois – Informações;

Foi entregue e lida informação exposta em suporte papel (por parte da Presidente da Junta de Freguesia), desde o dia quatro de novembro até à presente data, acerca do funcionamento interno, enumerando desde a atualização de software, contactos com a Câmara Municipal de Coimbra, obras, educação, limpeza da freguesia, área social, atividades decorrentes no Museu Moinho das Lapas e por último as festas elaboradas e apoio ao associativismo. Ainda no âmbito da informação por parte da Sra. Presidente da Junta e na última página foi demonstrado o quadro com o saldo de gerência à data atual.

Foi dada oportunidade de intervenção de Nuno Rodrigues, José Carlos e Vítor Carvalho

Ponto três – Apresentação e votação dos documentos para ao ano financeiro de 2026;

A Assembleia de Freguesia fez uma apreciação da apresentação dos documentos para o ano financeiro apresentados e a votação foi a seguinte;

aprovado, com cinco a favor e quatro abstenções o documento das Grandes Opções do Plano para o ano de 2026.

Foi aprovado também, com cinco a favor e quatro abstenções a parte dos Orçamentos para o ano 2026.

O Mapa de Pessoal foi aprovado por unanimidade.

Em relação ao Plano Plurianual de Investimentos foi votado cinco a favor e quatro abstenções.

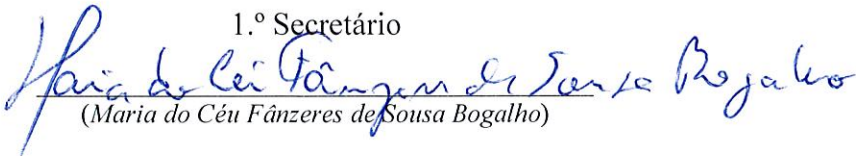
Ponto quatro – Outros assuntos.

Intervenção de António Lopes, Isabel Correia e Marisa Beja

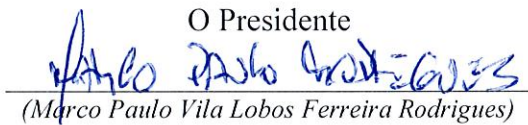
Foi lida e aprovada a ata em minuta por unanimidade dos presentes.

E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual foi elaborada a presente ata em minuta, que será assinada pelo presidente e pelo primeiro secretário da Mesa de Assembleia de Freguesia.

1.º Secretário


(Maria do Céu Fânzeres de Sousa Bogalho)

O Presidente


(Marco Paulo Vila Lobos Ferreira Rodrigues)



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CERNACHE

QUADRIÉNIO 2025-29

ATA NÚMERO DOIS

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária, no Pavilhão Multiusos, a Assembleia de Freguesia de Cernache, para dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Aprovação da ata da Assembleia de freguesia anterior;

Ponto dois – Informações;

Ponto três – Apresentação e votação dos documentos para ao ano financeiro de 2026;

Plano de atividades

Orçamento

Mapa de pessoal

Plano plurianual de investimentos

Ponto quatro – Outros assuntos.

Presidiu à reunião o Presidente da Mesa de Assembleia (PMA) em funções, Marco Paulo Vila Lobos Ferreira Rodrigues, coadjuvado por Maria do Céu Bogalho e Beatriz Caipiro, respetivamente, Primeiro e Segundo Secretários em funções.

Estiveram presentes, para além dos mencionados Membros da Mesa em funções, ainda os seguintes Membros:

- pela Coligação Democrática Unitária (CDU) – Vítor Carvalho, António Lopes, Nuno Rodrigues e José Carlos Campos em substituição de Vera Martinho
- pela Coligação Avançar Coimbra – António Baptista e Fernando Parola

Também estiveram presentes a presidente do executivo da Junta de Freguesia (JF), Marta Ferro, o secretário, Armando Sousa e o tesoureiro Pedro Rosário.

O PMA, Marco Rodrigues, após saudar os eleitos e o público presente, deu as boas vindas aos presentes, fazendo alusão à substituição de um dos elementos agradecendo a presença ao elemento José Carlos que substitui Vera Martinho.

Ponto um – Aprovação da ata da Assembleia de freguesia anterior. No que concerne a esse ponto, foi dito pelo Presidente da Mesa de Assembleia (PMA) que foi um lapso pois não fazia muito sentido vir mencionado na ordem de trabalhos, em virtude de ter sido já votada/aprovada por todos os elementos, uma vez que era necessária para o novo executivo tomar posse, e sido assinada in loco, saltando assim este ponto.

Ponto dois – Informações;

Foi entregue e lida informação exposta em suporte papel (por parte da Presidente da Junta de Freguesia), relatório de todo um conjunto de atividades executadas desde o dia quatro de novembro até à presente data, desde o funcionamento interno, contactos já efetuadas com a Câmara Municipal de Coimbra, obras executadas, atuações na área da Educação. Limpeza da freguesia enunciando o que já foi elaborado. Ação Social. Atividades decorrentes no Museu Moinho das Lapas e por último as festas elaboradas e apoio ao associativismo. (Doc anexo à ata)

Ainda no âmbito da informação por parte da Sra. Presidente da Junta e na última página foi demonstrado o quadro com o saldo de gerência à data atual. (Doc. anexo à ata).

Foi dada oportunidade de intervenção por parte PMA na qual Nuno Rodrigues se pronunciou acerca da báscula que se pretende aplicar na carrinha tentando perceber qual a ideia em concreto de alteração à mesma, A PJF explicou que devido à dificuldade existente em carregar e descarregar terra, *tout-venant* ou outro tipo de material acarretando perda de tempo, e esforço extra dos funcionários, foram solicitados orçamentos de modo a tirar aquela caixa e aplicar caixa com báscula. Nuno Rodrigues alerta para o facto de o funcionário não ter habilitação a conduzir uma carrinha que ultrapasse os 3.500kg. Ao qual foi elucidado pela PJF que não será ultrapassado o peso em causa caso se efetue a troca, este poderá ter formação uma vez que tem de fazer um exame específico e acrescento à carta de condução. O funcionário já previamente demonstrou predisposição para tal. Foi também feito um regulamento interno para a condução de veículos da Junta de Freguesia de Cernache.

Agradece a presença no aniversário da Associação do Loureiro e chama atenção para registar a correção do lançamento do livro da ADRL, por autoria do sócio Dr. João Amado, mas pertença da ADRL. A PJF compromete-se a fazer a correção aquando entrega do documento a anexar à ata.

José Carlos por sua vez alerta para os prazos a enviar a documentação, que deverá ser com cinco dias de antecedência, (referindo-se à informação da PJF à AF). Desta vez foi relevante para ter a informação o mais atualizada possível devido ao executivo ter tomado pose ainda há pouco tempo muitos assuntos a tratar e e cima da hora.

O PMA confirma, salientando ficar registada essa chamada de atenção para se seja cumprida na próxima AF.

Vítor Carvalho alerta também para prazos no envio de contas intercalares e devidos prazos (45 dias), enviados à Assembleia, alegando incumprimento. Fez a leitura do artigo da legislação em causa.

Contudo a PJF explana que tem havido problema por parte da LUSOCONTA na pesquisa de documentação referente à faturação do anterior executivo, e documentação incompleta que não consegue encontrar antes do dia quatro de novembro e que não compete a este executivo essa apresentação.

Pedro Rosário pede a palavra e afirma que foi feito pedido ao tribunal de contas para a apresentação de conta única anual com gerências partidas, a distinção de responsabilidades foi acautelada e será feita nesse sentido. A esta intervenção Victor Carvalho questiona se foi aceite. Pedro Rosário retorquiu afirmativamente. Que a autorização foi aceite, prontificando-se a apresentar o pedido ao tribunal de contas e a sua aceitação se necessário, Afirma que depois de tanta situação irregular encontrada e ainda a conhecer, este executivo tinha de pedir ao tribunal de contas de que do dia quatro de novembro para trás houvesse uma responsabilidade e daí para a frente outra.

O PMA agradece que lhe seja feita chegar essa informação.

Vítor Carvalho interfere acerca do Manuel Costa alegando que os fregueses frequentemente lhe colocam a questão de qual ser a sua função, se é fiscal, e se será remunerado, questão à qual foi respondido pela PJF que como conhecedor da freguesia colabora em determinadas horas semanais no levantamento de situações mais prementes que possam ser intervencionadas. Daí, se conseguir fazer mais trabalho em tão pouco tempo, com tempestades, valetas entupidas, material inexistente, documentação a produzir, contratação de empresa de higiene e segurança no trabalho que nem sequer

existia, sendo a situação ilegal inclusive, e ele vinha ajudar na necessidade de dar andamento às situações que seriam identificadas mais rapidamente. É imprescindível mais um par de mãos e olhos a fim de conseguir mais rapidez e proveito. Orientação que Armando Sousa tem acompanhado de perto na organização de serviço. O Sr Manuel Costa passará ato único quer ele, quer o técnico de informática a quem houve necessidade de recorrer, este último mencionado por causa das ilegalidades que existiam a nível informático e das licenças piratas e inexistência de *software* legalizado ou hardware adequado . Ambos com seguro, conforme questionado pelo Sr Vítor Carvalho.

A PJF acresce ainda, o aumento das coberturas dos seguros inclusive da carrinha, porque como a mesma andava sempre na reserva, teve problema de injetores, avariou já uma série de vezes e a empresa que faz a manutenção alertou que o depósito convém andar sempre mais de meio para evitar detritos.

Há que cumprir com o compromisso do anterior executivo de transportar jovens de Coimbra para o apoio dos idosos e o veículo de substituição abrangido até então, daria apenas para cinco lugares, o que é manifestamente insuficiente, gastando o dobro do tempo e combustível nas viagens a Coimbra.

O PMA após questionar se haveria mais alguma intervenção, passou ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, intitulado - Apresentação e votação dos documentos para ao ano financeiro de 2026, afirmou que a Assembleia de Freguesia tinha recebido a documentação e tido tempo para fazer uma apreciação da apresentação dos documentos para o ano financeiro apresentados. O PAM pergunta se havia alguma dúvida/pedido de esclarecimento em relação ao Plano de Atividades/Opções do Plano.

Vítor Carvalho fez notar que as opções do plano são do executivo, desde que tenha dotação financeira e competência. Tem dúvidas no Plano e Orçamento que de certo a PJF o irá esclarecer (fazendo observação de não ter recebido em suporte de papel, não conseguindo localizar a página) contudo Pedro Rosário esclarece que foi aprovado pelo regimento apresentado pelo anterior executivo da CDU, que por protocolo a documentação pode ser enviada em formato digital, Vítor Carvalho aponta para a rubrica 07010401, verba de viadutos, arruamentos e obras complementares (no valor de 165.180,00) que deveria ter sido inserida noutra verba de despesas correntes. Não sabe onde foi buscar a verba.

Pedro Rosário toma a palavra fazendo um pequeno enquadramento e diz que neste momento ainda não se sabem as verbas que vão ser estipuladas para cada uma das freguesias pois a CMC ainda não tem o orçamento definido conforme permite a lei, reforça a ideia que o Orçamento foi validado numa base de consumos de anos anteriores. Não é em mês e meio que se tem capacidade para tal. Foi feita uma média ponderada e transposta de orçamentos anteriores. Portanto não compreende qual a dúvida que existe, não foi inventada, e o orçamento pode ser retificado depois numa próxima AF.

Houve alguma contestação por parte de Vítor Carvalho que questiona a que receita foi buscar a verba. Onde uma vez mais o executivo repete que foi baseado em orçamentos anteriores. Vítor Carvalho, diz não estar de acordo com a transferência de transferências, as quais têm de ser gastas com o fim a que foram destinadas se não o tribunal de contas pode contestar. Pedro Rosário retorquiu que nesse aspeto e “em relação a esse assunto, o anterior executivo tem bastante experiência com o tribunal de contas pois têm aqui em Cernache feito auditorias suficientes”.

Depois de novas trocas de argumentos, pedindo com educação para deixar terminar o raciocínio na interlocução, a PJF frisa que tudo tem sido feito através da empresa certificada - Lusoconta, escolhida pelo anterior executivo, que numa reunião de trabalho e tendo em conta a situação que vinha anterior, nomeadamente no que refere ao tribunal de contas e uma série de assuntos pendentes, que seja aguardado o orçamento da Câmara e basear para já todas as contas receita/despesa no orçamento anterior espelhado na reunião. Foram acrescentadas algumas rubricas para ir de encontro ao plano de atividades em vigor, tendo de recorrer a alguma manobra. A dúvida que continua a persistir, e a PJF informa que foi aconselhada pelo gabinete jurídico da Câmara e pela Lusoconta a aguardar, até nova reunião de assembleia, lembrando uma vez mais que o orçamento pode ser alterado até fevereiro.

Este foi questionado se participou na reunião de Câmara às 17 horas do próprio dia onde se transmitiram informações importantes para as freguesias, orçamento e alterações de prazos. Vítor Carvalho responde que a Câmara não pode mexer nas rubricas. A PJF responde que anteriormente também falava em prazos, (45 dias) e chegou-se à conclusão que o tribunal de contas permite fazer algumas alterações. A diferença de valores dessa rubrica foi justificada pela alteração de uma rubrica para outra rubrica. Devido à insistência por parte de Vítor Carvalho a PJF responde uma vez mais que a JFC recorre à Lusaconta, uma empresa certificada escolhida por ele para fazer ajustes nalguma disparidade dentro da legalidade.

Pedro Rosário afirma que iremos cumprir a lei e cumprir o orçamento argumentando que não teve um milhão de euros à disposição e nunca nas Assembleias anteriores foram devidamente reportadas certas situações (auditorias) a decorrer. Vítor Carvalho interfere e afirma que alguém fez queixa ao tribunal de contas. Pedro Rosário contrapõe, afirmando que se são feitas auditorias deve haver motivo. São apenas pequenos pormenores como é o caso de deixarem apenas duas folhas de papel na impressora e pouco mais na JF.

Voltando ao tema inicial, o orçamento. Há rubricas que tiveram de transitar de um lado para o outro.

Vítor Carvalho insiste no tema anterior e fez questão de ler a legislação - DL n.º 57/2019, de 30 de Abril que concretiza a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias ao abrigo do n.º 2 do artigo 38.º da Lei 50/2018, de 16 de agosto.

A PJF alerta que este pode ser alterado com as devidas autorizações que a Câmara vai desenvolvendo. Depois de vários emails com o Tribunal de Contas e uma vez que há contabilidade única, até ao dia quatro de novembro com uma imputabilidade para trás e outra para a frente, salientando que ainda bem que há assembleias extraordinárias, e que devido à data das eleições, a Câmara Municipal tem três meses para definir e retificar o orçamento, o que poderá afetar as freguesias. Salientou ainda ter conhecimento de que vai haver um maior investimento nas freguesias.

As verbas irão ser aplicadas para aquilo a que foram atribuídas. A PJF colocou a questão que se assim o entendesse se iria buscar o orçamento anterior e comparavam. A vantagem de continuar com a mesma empresa de contabilidade, e com a qual já foram feitas três reuniões, além de aconselhamento jurídico da Câmara Municipal de Coimbra é a de ter apoio de quem sabe.

Vítor Carvalho volta a insistir no assunto verbas da rubrica em discussão, alertando que têm de ser gastas nos oito espaços verdes, enumerando seis. Armando Sousa interpõe e diz que “ninguém diz o contrário e que tem de aguardar, pois não se pode estar toda a noite a explicar o que não quer perceber”.

Pedro Rosário respondeu que da mesma forma que havia o valor de 30.000,00 € para a Expo-Cernache e já vamos em 45.307,00€, e a crescer... há alterações e há dinâmicas necessárias. Tudo está a ser feito em conformidade com a lei. E referente “à questão legalidade ela é muito apregoada, mas cumprida é preciso ter muita atenção”.

A PJF compromete-se a fazer retificação e fazer esclarecimento de assim o entender.

Ponto três – Apresentação e votação dos documentos para ao ano financeiro de 2026;

A Assembleia de Freguesia fez uma apreciação da apresentação dos documentos para o ano financeiro apresentados e a votação foi a seguinte;

Aprovado, com cinco a favor e quatro abstenções o documento das **Grandes Opções do Plano para o ano de 2026**.

Foi **aprovado** também, após termos assistido já alguma discussão acerca do mesmo tópico de receitas/despesas com cinco a favor e quatro abstenções o item do **Orçamento para o ano 2026**.

Foi apresentado e discutido o mapa de pessoal e colocado á consideração: após votação o **Mapa de Pessoal** foi **aprovado por unanimidade**.

Em relação ao **Plano Plurianual de Investimentos** apresentado e proposto a votação, foi **aprovado** com cinco votos a favor e quatro abstenções.

Ponto quatro – Outros assuntos.

O PMA, questiona se algum dos membros eleitos quer trazer algum assunto que não esteja na ordem de trabalhos.

António Lopes solicita se numa próxima assembleia se for possível em vez de ir toda a documentação por mail, não haver hipótese de fazer chegar em suporte papel. A resposta dada pelo PMA, é de que ficou aprovado no regimento anterior que a impressão é opcional e o protocolo prevê a entrega da documentação por email. O mesmo afirmou que prefere trazer o computador e fazer *zoom* quando necessário. Se quiserem fazer um pedido a fazer alteração ao regimento para que seja obrigatório o suporte em papel poderão fazer a sugestão. Da parte do PMA não há concordância na impressão da documentação.

A PJF indica se a Mesa da assembleia assim o entender poderão imprimir e farão o que a assembleia deliberar, embora também não concorde com a impressão pelos custos e desperdício.

Nuno Rodrigues questiona acerca do Manuel Costa se já passou ou não nos lugares e agradece que passem ainda no Loureiro registando situações pendentes de obras que ficaram por concluir. A PJF disse que vai continuar a averiguar situações, não só no

Loureiro como noutros locais, de momento, tem estado a intervir em situações mais prementes. Destacou ainda, que a Junta de Freguesia tem colaborado com os fregueses que se deslocam ao atendimento, ensinando a instalar e fazer registos com a aplicação GesAutarquia de modo a reportar incidentes em tempo útil e com informação detalhada e mais acertiva.

Nuno Rodrigues alerta para o acréscimo no passeio já existente que toca com a freguesia vizinha onde é necessária intervenção. A PJF alerta que em relação às freguesias limítrofes teremos de arranjar estratégias para orientar, continuar a colaborar e arranjar soluções.

Nuno Rodrigues alerta que não está a atacar a sua própria bancada, apenas alerta para que não entre em esquecimento terminar a obra antes iniciada. Compromete-se a enviar um email para junta com determinados casos que necessitam de atenção.

Armando Sousa elucida Nuno Rodrigues que o Manuel Costa não substituiu o executivo em forma alguma. Nuno concorda que todos têm as suas profissões e que fizeram bem. Já conhece o programa GESautarquia que Pedro Rosário acaba de explicar como funciona a APP, com compilação de informação, vantagens, registo integral, celeridade, encaminhamento, e que o freguês é informado do estado do incidente reportado em tempo útil. Mas, Nuno Rodrigues diz que há pessoas que ainda se têm de contactar pessoalmente por não recorrerem tanto às novas tecnologias e insiste em que se deve ajudar não só através da aplicação, mas também presencialmente.

A PJF salienta que o horário e contactos da JF se mantêm porque as pessoas estavam já habituadas e não querem causar constrangimentos no acesso, para além do contacto próximo com os funcionários que já existia. O site é que foi alterado porque o informático que geria o site anterior queria quadruplicar o valor de manutenção do site sem melhoria de serviço.

O PMA questiona se há mais alguém que se queira manifestar. Como não houve manifestação, passou a palavra aos fregueses inscritos, que neste caso, foram duas inscrições da mesma pessoa, informando que no início da sessão, a mesma tinha solicitado intervir.

Isabel Correia começa por cumprimentar os presentes, e informar que estava “em nome de representação da mesa de assembleia de freguesia do quadriénio 2021/2025. Procede à entrega ao atual Presidente da mesa de Assembleia de Freguesia em reunião pública de um dossier contendo a documentação que se tornou necessária, pelo facto do anterior

executivo não ter procedido à publicação integral dos referidos documentos na página eletrónica oficial, da junta de freguesia conforme os princípios de transparência e acesso à informação que regem o funcionamento dos órgãos autárquicos e em cumprimento ao estabelecido no regimento da Assembleia de Freguesia no ponto 5 do art. 36. O dossier que agora entrega, reúne de forma organizada os documentos disponíveis relativos às assembleias de freguesia realizadas permitindo assim assegurar a continuidade institucional, a preservação da memória administrativa e o regular acompanhamento da atividade deste órgão deliberativo. Entende que este dossier deverá ficar à guarda do atual executivo da junta de freguesia enquanto entidade responsável pela sua conservação, gestão e eventual disponibilização pública nos termos legalmente aplicáveis. No passado dia dezanove de dezembro o anterior presidente da mesa de assembleia entregou os acessos ao correio eletrónico institucional da assembleia de freguesia da página institucional da junta de freguesia. Com estas entregas a mesa da assembleia de freguesia no quadriénio 2021/2025 considera cumprido o seu dever de colaboração institucional”. A PJF aceita a capa e pede autorização à mesa, o qual de imediato diz que sim e solicita que verifique o que está ou não publicado, a fim de ser tornado público.

Vítor Carvalho pede a palavra em nome da defesa da honra e diz que toda a documentação enviada pelo presidente da assembleia em termos de mails foi publicada na página.

Isabel Correia enumera algumas das atas: onze, doze, treze, catorze, quinze, dezasseis e dezassete e respetivos...diz terem sido enviadas.

Vítor Carvalho rebate e diz que Isabel não está a ser verdadeira e está a mandar “bitaites” toda a documentação que chegou ao Sr Marco Cruz era editada no site, afirmando que iria confirmar.

Isabel Correia afirma que era ela que enviava as atas. Informa que este também nunca lhe cedeu o símbolo da junta freguesia, nem cedeu o regimento! Uma vez, na reunião em que este não esteve presente, lhe veio a solicitar diretamente o descrito e Vítor Carvalho, afirmou que isso tinha de ter sido pedido pelo presidente da assembleia. Salienta, que o presidente da junta nada tem a ver com a assembleia.

O PMA pede ao executivo se puder, que veja nos mails e ressalta que na próxima assembleia no ponto prévio isso seja esclarecido, a fim de que todos fiquem informados. A PJF diz que recebeu um mail com toda a documentação para fazer impressão. Aditando estar aberta a todo o apoio necessário a dar à mesa de assembleia. O PMA afirma que o executivo tem de dar apoio à mesa de assembleia e agradece a colaboração atual.

Outra intervenção a título pessoal de Isabel Correia que começa por fazer alusão a um provérbio; “é preciso dar tempo ao tempo, algo acaba sempre por se revelar” neste caso falta de coerência. Aquando da tomada de posse no quadriénio anterior, aceitou o cargo de 1ª secretária com dois elementos do partido socialista, um dos partidos derrotados na altura atendendo a que o candidato ganhador nas eleições pela coligação CDU, presidente do executivo, apresentou uma proposta para a assembleia constituída por elementos da sua lista. Esta decisão tomada com sentido institucional a pensar no melhor para a freguesia, pelo resultado dessas eleições e no respeito pelo funcionamento democrático foi à época mal aceite por certos elementos do movimento político pelo qual se candidatou que a interpretaram como uma alegada aliança partidária pessoal com o PS. O tempo passou e pensa que se confirma outro ditado “por trás de mim virá quem bom de mim fará” hoje é o mesmo candidato desse mesmo movimento político que assume a presidência da mesa da assembleia de freguesia acompanhado por dois elementos do PS, agora vencedor. Situação que aparenta ser encarada com inteira normalidade sem qualquer contestação. Esta mudança de critérios demonstra como muitas vezes as leituras políticas não dependem dos princípios invocados, mas sim de quem ocupa os lugares e das circunstâncias do momento. O que antes era motivo de crítica passou a ser considerado correto, revelando que o tempo não só esclarece, como também expõe contradições. No final, fica para si a certeza de que as opções tomadas com seriedade e sentido democrático resistem ao tempo mesmo quando no momento não são compreendidas por todos”.

Chama a atenção que os editais têm de ser bem afixados, pois podem cair e não passar a informação aos fregueses que queiram vir às AF.

Elogia a disposição do espaço, mas...alerta para as más condições acústicas no ambiente.

O PMA em resposta ao texto lido, responde a Isabel que o movimento é que lhe tirou o apoio findo as eleições e não o PSD.

O mesmo faz também alusão a uma possível proposta de alteração no regimento e adoção de novos critérios numa próxima assembleia ordinária ou extraordinária em que quem queira intervir e tomar a palavra se inscreva, ocorrendo assim a intervenção no início da reunião e não no final, caso se faça essa alteração ao regimento.

Marisa Beja tomou a palavra saudando todos e mostrou curiosidade porque é que em relação ao Manuel Costa haja este escrutínio quando o mesmo nunca se passou em relação ao Fernando Baio durante vinte anos no reporte de ocorrências ao anterior executivo.

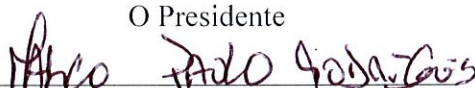
António Lopes salientou o papel de relevo e vangloriou a pessoa de Fernando Baio ao longo dos anos no anterior executivo que não podia ser comparado à colaboração de Manuel Costa uma vez que é para ser retribuído.

António Baptista reforça, que ninguém quis aqui comparar, nem criticar, nem insinuar fosse o que fosse. A intenção foi reportar que em virtude da curiosidade surgida, foram tiradas as dúvidas. Que nunca houve escrutínio na atuação de Ferrando Baio anteriormente. Na intervenção da Marisa houve sim um agradecimento, louvando a colaboração de Fernando Baio.

Não havendo nenhum outro assunto a tratar nem qualquer inscrição extra a considerar, por parte do público, passou-se à leitura e aprovação da **minuta da ata, aprovada por unanimidade** dos presentes, que será assinada pela mesa da AF.

Nada mais havendo a tratar, o PMA deu por encerrada a reunião da qual foi elaborada a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo presidente da Mesa de Assembleia de Freguesia e pelos 1º e 2º secretários

O Presidente


(Marco Paulo Vila Lobos Ferreira Rodrigues)

1.º Secretário


(Maria do Céu Fânzeres de Sousa Bogalho)

2.º Secretário


(Ana Beatriz Veiga Caiçiro)

